

Do uso legítimo das emoções. Apontamentos sobre a literatura pedagógica e higiénica setecentista em Portugal

Abertura

A história da cultura e das mentalidades é a história de um «teatro» onde se escrevem os gestos e as palavras da alegria ou do medo. O mesmo medo, a mesma alegria descrita pelas comédias ou pelas tragédias, o mesmo epicentro das emoções. Humanas. Sem outra história que não seja a procura de uma liberdade que tem vários rostos, vários traços. Indecidida.

Este texto liga-se a um «objecto» de análise negligenciado durante muito tempo pelos historiadores: o corpo e as emoções. Partindo de um momento do pensamento ocidental em que se desencadeou o processo de regulação sistemática do corpo, procura-se analisar o modo como na literatura pedagógica e higiénica setecentista se definiu um programa antropológico de ortopedização dos corpos e das almas. Delimitar as almas e os corpos, engendrará-los, recortá-los, erguê-los, segue o movimento do século XVIII onde se fundem, por um lado, os rumos do «optimismo» consignado numa concepção linear e cumulativa do tempo descrita pelo progresso, tornando, assim, significativo o conceito de «regeneração» moral e, por outro lado, os rumos persistentes do «pessimismo» onde se descreve uma «visibilidade severa do mundo», face à qual criança apenas poderá «crescer» (este conceito absorve o sentido higiénico e moral, consuma-se entre a virtude e a saúde) se o seu desenvolvimento for sustentado por «regras» que delimitam o seu universo e a sua consciência. Importa, então, compreender a partir de que encruzilhada de prescrições morais e materiais o corpo foi sendo integrado no contexto de uma educação que visava a essencial perfectibilidade da natureza

humana. Trata-se de perspectivar o corpo enquanto instrumento político e social, lugar de criação de medos e de realidades. E, enquanto tal, espaço-teatro onde se marca um irreprimível desejo de poder sobre as «formas» possíveis do humano, pela «arte» de transformação dos corpos e das almas, numa palavra, pelo processo de «disciplinarização».

A literatura pedagógica e higiénica

A Razão, a Natureza, o Progresso, as Luzes, numa palavra, as «categorias» que configuravam o optimismo característico da tradição teórica do racionalismo iluminista, devem ser olhadas «sob o signo da complexidade», pois, sob a designação de «Iluminismo» congregam-se acontecimentos, movimentos e ideias que, embora encontrassem a sua articulação a partir de uma mesma definição que os integra num significado comum, são diversos. A base filosófica que sustenta o «Iluminismo» não afirma sem hesitação a manifestação de um optimismo primeiro que fecundaria toda a história do homem, sob a figura do Progresso. Em 1784, Kant escrevia: «O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade mental, da qual ele próprio é culpado»; nesta definição, o espaço fundamental do pensamento iluminista traça-se no movimento de interrogação do homem sobre a sua própria essência; a partir dessa interrogação é possível sublinhar três constatações antropológicas fundamentais: a menoridade da condição presente do homem, a autocrítica como manifestação de uma consciência da culpa dessa situação-menor, e, por fim, a luz da razão perspectivada como luz interior pela qual o homem encontra a abertura para todos os possíveis. Este é o contexto a partir do qual devemos realizar o esforço de compreensão da vontade de regulação e ordem subjacente à literatura pedagógica e higiénica emergente.

Em confronto com os gestos e os comportamentos de um quotidiano-sem-regra, a literatura pedagógica e higiénica vai criar e instituir um discurso sobre o corpo que contribui para a implantação social de um conjunto de normas que regulam o «uso do corpo» e que pressupoem, para lá da imediata reconversão dos sinais exteriores do corpo, a interiorização gradual de um conjunto de regras morais que controlam o comportamento individual e social dos homens, por forma a instituir mecanismos reguladores das relações entre eles, no contexto de uma «civilização dos costumes». Surge então um conjunto de procedimentos e técnicas para medir, controlar e conduzir os indivíduos, torná-los úteis e dóceis, desenhando-se, neste momento histórico da disciplinarização, o tempo do corpo que se manipula como um objecto qualquer lançado num espaço de domínio - um tempo enraizado na consideração da plasticidade do humano por meio de uma

acção racional e organizada. Neste contexto, a compreensão da natureza humana manifesta-se através de uma articulação entre a pedagogia, a moral, a medicina, a física e a filosofia, disciplinas que se constituem como «espaços do saber» que se afirmam, não pela sua singularidade, mas por uma relação quase indiferenciada entre os respectivos domínios conceptuais. Manifesta-se, assim, uma espécie de «ortopedia global» que procura esclarecer, através das relações delineadas entre a pedagogia, a ciência e a filosofia, o entendimento do sentido atribuído ao «homem» – ao seu corpo e à sua alma.

Numa mesma ânsia de ritualização da vida quotidiana, os conselhos dos higienistas e dos pedagogos enraizam-se, por um lado, em análises empíricas de uma sociedade onde se confrontam a visão de esbanjamento e desperdício de energias e riquezas e a imagem de um quotidiano sórdido e deplorável vivido pela maioria da população, e, por outro, apresentam-nos a descrição de propostas pedagógicas onde eram concebidos «métodos» pelos quais se pretendia encontrar os instrumentos e as técnicas que assegurassem a interiorização de «regras». Por via das práticas discursivas e não discursivas do poder político e moral, os tratados visam instituir nos corpos, nas almas, nos gestos e nas consciências uma normatividade civil – dessacralizada, secular¹. Assim, participando do desejo de uma «racionalização abrangente» característica do Iluminismo, os textos inscritos na categoria de «literatura pedagógica e higiênica» do século XVIII descrevem «modos da visibilidade» que se disseminam, do espaço gnoseológico ao espaço do quotidiano vivido, sob uma «figura» da racionalidade que se inscreve sobre o corpo. É nesta confluência entre o poder e o saber («científico e médico») que se constroem as representações antropológicas, lançando sobre os corpos e as almas uma luz crua: analítica e dissecante. Uma ordem racional.

¹ Definido na carne através de textos normativos – como o são os tratados de saúde, higiene e pedagogia – o «corpo» constitui-se sob um «sistema de representações» que exercem sobre ele uma forma de violência simbólica e material, ignorando-se assim que «la réalité du discours n'est pas le seul discours de la réalité. (...) La norme, qu'elle soit inscrite dans l'espace comme forme architecturale, ou imposée comme règle de comportement, ne peut refléter une réalité qu'elle vise justement à construire, à transformer. Elle se veut rationnelle, productive, conquérante. Mais l'excès de minutie et de complexité de certaines règles, comme les résistances qu'elles suscitent, rend leur application incertaine, voire impossible. (...) Pas de règle sans transgression; pas de règle du jeu sans jeu de la règle», M. BOUILLÉ, *L'école, histoire d'une utopie?*, Rivages/histoire, Paris 1988, p. 13.

O corpo marcado. Os mecanismos do olhar: a visibilidade radical

A primeira obra publicada em Portugal sobre questões de pedagogia e higiene, intitulada *Apontamentos para a Educação de hum menino nobre*, escrita por Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, publicada em Lisboa no ano de 1734, lançou, sob a influência do pensamento educativo de Locke², os fundamentos de uma Educação Física que só iria ser abordada sistemática e especificamente em Portugal nos finais do século XVIII, no âmbito da publicação pela Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1790, de uma obra intitulada *Tratado da educação fysica dos meninos, para uso da Nação portugueza* da autoria de Francisco de Mello Franco. É precisamente a partir da análise da obra de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, onde ainda se interseccionam o discurso anterior da «civilidade» e o discurso emergente da «medicina», que procuraremos perspectivar a configuração do «processo de disciplinarização» como marcação do corpo, sob um desejo de absoluta «visibilidade» dos corpos e das almas.

O processo de disciplinarização delineado pelos pedagogos e higienistas no século XVIII em Portugal, marcava o «corpo» como um instrumento essencial na luta contra o desregramento: «e não sómente a saude, e vigor do corpo, he meyo para os adiantamentos no estudo das sciencias, e nos empregos da Republica, mas tambem parte, ou condiçãõ da perfeita felicidade humana na vida, e assim devem os pays desde que nascem seus filhos applicar todo o cuidado para lhe augmentar o vigor, e conservar a saude»³.

Ao submeter-se a um rígido processo de racionalização normativa – no seio do qual se articulavam directrizes gerais de higiene e saúde, preceitos de expressão gestual e ditames morais – o corpo convertia-se, pela conformização a essas regras de conduta, em disciplinador e vigilante de si mesmo. Coordenando um projecto de ortopedização dos costumes, essas regras formavam e fortaleciam hábitos que se manifestavam em comportamentos que, por sua vez, configuravam a expressão

² O pensamento educativo de Locke pressupunha uma remissão recíproca entre a higiene e a pedagogia. Esta articulação vai ser recuperada na literatura de carácter pedagógico, em Portugal no século XVIII, caracterizando uma tradição pedagógica de reconversão da *degeneração* que assolava os corpos e as almas.

³ Martinho de Mendonça, *Apontamentos para a educação de hum menino nobre*, Lisboa 1734, p. 217. Sobre o autor e o seu contexto, cfr. J. F. GOMES, *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*, Instituto de Estudos Filosóficos, Coimbra 1964; A. A. BANHA DE ANDRADE, *Filósofos portugueses do século XVIII: Martinho de Mendonça de Pina e Proença*, t. 1, Lisboa 1957; R. FERNANDES, *O pensamento pedagógico em Portugal*, (Biblioteca Breve), Instituto de Cultura Portuguesa, Lisboa 1978.

de um exercício de autocontrolo. A literatura pedagógica e higiénica defendia, globalmente, que a aprendizagem das regras de conduta se devia realizar desde os primeiros momentos de vida, pois seria pela repetição dessas aprendizagens primeiras que os hábitos se formam e fortalecem através de uma forma de contínua vigilância: «Hum dos melhores principios de todas as virtudes, consiste em vencer o amor proprio, e subordinar o appetite à razaõ; e se dando às crianças o necessario, se lhe negassem o mais que pedem, se costumariaõ a passar sem o superfluo, vencendo os seus desejos e appetites»⁴. No fundo, esse «exercício de disciplinarização» representava a condição fundamental de um aperfeiçoamento que dependia do domínio de si que cada indivíduo concretizava através do seu corpo, uma vez que este era concebido (pelo pensamento pedagógico-higiénico) e vivido (no seio da «civilização dos costumes») como o principal «instrumento» do combate a uma realidade social sem-medidas e sem-regras.

Contudo, tal como a literatura pedagógica e higiénica manifesta, o «domínio de si» não subentendia um confinamento ao horizonte individual, uma vez que o processo de disciplinarização das condutas supunha, simultaneamente, a inscrição de regras colectivas no espaço singular de cada indivíduo: todos os indivíduos são modelos concretos a imitar, «todos são exemplo para todos». Numa palavra, a força significativa do «domínio de si» é a referência exemplar que cada indivíduo tem para todos os outros indivíduos. Assim, ao consignar em si mesmo o valor de «exemplo», o domínio de si tem em vista o bem social global: «na infancia mais que em outra idade, he conveniente substituir às razoes proprias, motivos extrinsecos do exemplo, do costume, e da authoridade, evitando quanto poder ser a larga deduçãõ desde remotos principios»⁵.

O «corpo» institui-se, então, como vigilante de si próprio; e essa conversão do corpo em «olho-de-si-mesmo» aponta para a necessidade subterrânea de estabelecer processos de visibilidade radical da vida: a «regeneração» dos costumes exige esses processos panópticos em face de um real onde a disciplinarização dos comportamentos individuais se coordena com um processo de mútu-controlo. Assim, o corpo é vigilante de si na exacta medida em que é olhado pelos outros, isto é, o valor que lhe é conferido enquanto instrumento preferencial da luta contra os desregramentos decorre da sua exterioridade, da visibilidade dos seus gestos, logo, de um valor não possuído por si ou em si mesmo, mas

⁴ Martinho de Mendonça, *op. cit.*, p. 272.

⁵ Martinho de Mendonça *op. cit.*, p. 309.

de uma valorização de si enquanto «objecto-do-olhar-do-outro» que controla as expressões de conformização ou de desvio normativos. O corpo torna-se, então, delactor do próprio indivíduo, num contexto em que os mecanismos de poder, para intensificar o domínio de cada indivíduo sobre si próprio, exigiam o face-a-face.

Desta forma, o processo de disciplinarização subentendia um ideal de vigilância⁶ assumido enquanto condição prévia de aperfeiçoamento do corpo e da alma. Compreendemos, então, o sentido conferido por Bouillé ao estudo da vigilância: «étudier la surveillance, c'est décrire la genèse d'une forme qui vise sans cesse son propre dépassement, son achèvement comme forme spécifique». Perguntando, seguidamente, o que significa uma vigilância construída definitivamente, Bouillé responde que que ela nada mais é do que «une surveillance sans object, sans nécessité; intériorisée, intégrée à un processus auto régulé qu'elle appelle sans cesse de ses vœux. Quel est l'idéal de la surveillance? l'autosurveillance, qui pousse en ses extrêmes limites la notion d'économie de pouvoir»⁷.

A auto-regulação, procurada pelos processos de ortopedização higienica e moral da literatura pedagógica setecentista, configura-se então num processo de disciplinarização que se constitui através de um ideal de vigilância exercida por um sujeito sobre si mesmo, exprimindo uma vontade de moderação, de economia das forças, logo, de rentabilização e utilidade dos corpos: «O respeito, e a autoridade, que se deve conservar para com os filhos, não ha de passar a severidade austera, e terrível; antes deve relaxarse, do que vulgarmente se usa e quando nos filhos se começa a aperfeiçoar o uso da razão, se devem os pays familiarizar com elles

⁶ Para Bouillé, podemos definir de forma abstracta a vigilância, como *une technique qui vise fondamentalement à conjurer l'éclatement, la dégradation des formes institutionnelles définies quant à leur object et à leur finalité. La surveillance n'est rien moins qu'une enflure excessive et honteuse sur un corps sain; elle est la condition qui rend possible la vie même du corps institué. (...) Substance vive du règlement, la surveillance contrôle les normes qu'il prescrit. (...) la norme trace une voie, une route, un sillon. Continument, il faut marcher sur ce chemin, dans cet espace, en ces lieux. La norme (...) ignore l'errance, le pas de plus. Car c'est justement cet écart possible, en dehors de la route, qu'il faut sanctionner, punir. Vigile du chemin, le surveillance est investi d'un pouvoir d'inscription, il note par écrit, ou dans sa mémoire, les écarts à la norme: les petits retards, les paroles inutiles, les gestes déplacées, les paresse. Il observe, pèse, évalue; en un mot il examine. Pas de surveillance sans sanction, pas de sanction sans examen», M. BOUILLÉ, *op. cit.*, pp. 139-140.

⁷ M. BOUILLÉ, *op. cit.*, p. 125.

(...) ocupando-o utilmente nas cousas, que mais lhe haõ de vir a importar, e que saõ o fim principal, a que se deve derigir a sua instrucçaõ»⁸. Por sua vez, essa normatividade interiorizada era condicionada, regulada e reforçada pela presença exemplar do «Outro», com o propósito de mútuo controlo. Nesse sentido, como vimos, o «processo de disciplinarização das condutas» implicava o não-isolamento dos indivíduos e exigia o contacto social entendido como um processo de controlo mútuo pelo qual se coordenava o processo de racionalização dos comportamentos individuais.

Enquanto que o primeiro movimento de disciplina se articula com o hábito da criança «usar» a sua liberdade e, assim, vencer-se a si mesma: «deve o Mestre costumar os meninos a usar da liberdade, que tem o entendimento de empregar a atençaõ em huns objectos deixando outros (...) se por este modo o menino adquirir o habito de se vencer a si mesmo fazendo-se senhor absoluto das suas operaçoens, e pensamentos, terá nisto mayor ventagem, que em saber as definiçoens grammaticais»⁹; o segundo movimento de disciplina, isto é, aquele que se define a partir da interdependência social, reside na vigilância realizada pelos pares, pelos professores, pelos médicos ou pelas instituições, ou seja, a vigilância efectuada pelo olhar-dos-outros. Esse olhar figura a «visibilidade» e a «lisibilidade» em relação às quais os movimentos do corpo e da alma se tornam as expressões-vivas de regras colectivas: se os excessos apareciam como agressão aos outros, o exemplo da moderação dos outros implicava a imitação. Assim, nos «tratados» de ordenação dos costumes traçam-se dois tipos de vigilância que se justapõem nos seus intentos de dissecar, «pelo olhar», os gestos e as atitudes dos outros indivíduos: por um lado, a vigilância dos pares, uma espécie de «vigilância lateral», e, por outro, a vigilância dos professores, dos higienistas, dos pedagogos e das próprias instituições que representa uma forma de «vigilância hierárquica»¹⁰.

Neste contexto, a vigilância está intimamente ligada a duas noções – a de «exame» e a de «sanção normalizadora» – que procuram «tornar nús» os gestos, os corpos, os desejos, as regras, a verdade e as almas, numa ânsia de visibilidade absoluta e omnipresente: «quando as crianças choraõ pore motivo de impaciencia,

⁸ Martinho de Mendonça, *op. cit.*, p. 274.

⁹ *Ibidem*, p. 300.

¹⁰ Como nos diz Bouillé, «La surveillance hiérarchique, épaulée par la surveillance latérale, apparait comme un principe de contrôle multiforme des espaces, des corps et des âmes. Elle assure “la maintenance” de ces “tableaux vivants” construits au fil des siècles par les savoirs et les pouvoirs de l’homme», M. BOUILLÉ, *op.cit.*, p. 139.

pertinacia, ou rebeldia devem-se tratar com severidade, e se esta não basta, com castigo, porque de ordinario aquellas lagrimas saõ effeito da malicia e da soberba (...) Pelo contrario as lagrimas, que produz o sentimento do mal, que padessem, nascem do abatimento do animo, e devem ser enxutas com meyo brandos, e aprasiveis, persuadindo-as que não ha causa para chorarem, e oferecendolhe novos objectos para os divertir da idéa, que os afflige, rindo-se das suas queixas, e mostrandolhe, que não merecem attençãõ»¹¹.

Esta forma de vigilância característica do discurso ocidental, apresentada por Michel Foucault em *Vigiar e Punir*¹² sob a forma quase-metáforica do «Panóptico», só poderá ser realmente compreendida se lhe for restituída a sua «dupla filiação» – uma filiação teológica e científica¹³. Por um lado, a origem da vigilância está profundamente marcada por uma «concepção teológica»¹⁴ que institui uma figura suprema que, sem brecha ou ausência, incarna o «Olhar» que significa a «Lei»: sob esta perspectiva, a «visibilidade» funda-se na nostalgia de um «desejo de saber» e «de poder» inerente ao humano, de um lugar desde onde se pretende ultrapassar a angústia da finitude, ela existe enquanto Olhar irreversível pois «le surveillant surveille des surveillés qui ne peuvent le surveiller. Point aveugle de la surveillance: son irréversibilité»¹⁵. Por outro lado, na sua origem, a vigilância remete para o «discurso científico» que, desde a Modernidade, procura modificar as «funções do Olhar» criando mecanismos que permitiam aumentar o alcance de cada olhar singular - instrumentos ópticos e de medida, definindo tabelas e classificações que permitiam ortopedizar o mundo sob esquemas técnicos e científicos de compreensão e explicação¹⁶. Neste discurso, o «Olhar»

¹¹ Martinho de Mendonça, *op. cit.*, p. 240.

¹² M. FOUCAULT, *Vigiar e punir*, trad., Ed. Vozes, Petropolis 1989 (7ª ed.).

¹³ M. BOUILLÉ, *op. cit.*, p. 126.

¹⁴ «Grâce à son génie, l'homme réussit à créer Dieu comme substance infinie immanente et transcendante. Dieu est partout en nous, partout hors de nous.(...) le regard du maitre n'est-il pas le regard de Dieu médiatisé ? (...) on pourrait se demander si l'homme, un peu honteux de s'identifier à la puissance du continu et de l'infini, n'avait pas cru bon d'introduire, par ruse ou désenchantement, cette fêlure, cette béance, que constitue le péché originel. Car c'est bien cette fracture discontinuiste qui va donner une justification grandiose, profondément morale, à la surveillance. L'oeil du maitre n'aura pas à s'excuser de son omniprésence, car il représentera la loi de Dieu sur la terre. C'est sur ce modèle, d'une simplicité qu'on oserait qualifier de biblique, que va fonctionner la surveillance pendant des siècles», M. BOUILLÉ, *op. cit.*, p. 128.

¹⁵ M. BOUILLÉ, *op. cit.*, p. 136.

¹⁶ «A partir de l'âge classique, le discours scientifique va modifier les fonctions du regard. Le développement continu des techniques d'observation – dans les sciences exactes et naturelles, la

que significa a «Lei» já não remete para uma visibilidade consignada sob a forma teológica, mas para uma «lisibilidade» que procura esventrar o mundo, dissecá-lo no silêncio de todas as anomias, de todas as fracções que não se ajustem aos «esquemas explicativos» anunciados para que seja possível instaurar, através de uma multiplicação dos olhares, um poder contínuo sobre uma realidade descontínua.

O domínio de si e a dependência do olhar-dos-outros

Inevitavelmente, uma rígida «disciplina do tempo e do espaço» surge como instrumento privilegiado no «processo de civilização»: regulam-se os tempos do viver – do nascimento e da morte – dissecam-se os gestos e as almas, esquartejam-se os corpos; numa palavra, descrevem-se os «mecanismos de disciplinarização». Esses mecanismos, apresentados na literatura pedagógica e higiénica, fundavam-se na «vontade», manifestada pelo «poder» político e jurídico, «de racionalização das condutas», articulando necessariamente o domínio individual e o domínio social uma vez que a autodisciplina se ligava intimamente a uma dependência do «olhar-dos-outros». Todos os mecanismos de aprofundamento do autocontrolo implicavam, necessariamente, a «presença do Outro». Das atitudes públicas aos gestos mais íntimos, todos os comportamentos eram considerados como potenciais agressões: a alimentação, o vestuário, os adornos, a tosse, o bocejo, o assoar, o gesticular, ou o sono, eram manifestações de um «corpo» que se constituía como o «instrumento» privilegiado da luta contra os excessos. Ele definia-se como o «lugar da visibilidade» – o espelho das virtudes, ausentes ou presentes – numa palavra, como o espaço de delito do «comportamento civilizado». Compreendemos, assim, a razão dos conselhos que regulam, ao pormenor, todos os gestos e atitudes, desde o nascimento até à morte.

Todos os momentos do quotidiano possuíam a utilidade de sublinhar os desvios dos comportamentos humanos. Desejava-se marcar as regras da alimentação, do vestuário e do sono em harmonia com as virtudes indexadas ao «comportamento civilizado»: a austeridade, a contenção, a moderação e a dureza. Por exemplo, quando as crianças começavam a dar os primeiros passos e caíam,

fabrication des instruments de mesure et d'optique – microscopes, télescopes, lunettes, miroirs –, vont démultiplier les fonctions visuelles. La rigueur d'analyse du monde physique s'étend au monde social. (...) on assiste à l'extension continue de ces figures réticulaires, tabulaires et à la laicisation de la surveillance, qui devient technique et scientifique», M. BOUILLÉ, *op.cit.*, p. 126-127.

as amas não deviam considerar essa experiência com aflição exagerada frente à criança, pois, dessa forma, arruinariam «os mal seguros primeiros fundamentos da paciência, e fortaleza, e o que he peor, pelos lisongear, muitas amas indiscretas castigaõ, como se fora sensível o pavimento em que cahiraõ, ou instrumento com que se maltrateraõ, ensinando antecipadamente perniciosas maxims de vingança, se as tenras mãos lhe daõ, como lhe falta o vigor, para que o golpe ofenda o mesmo, que o recebe, o festejaõ, e applaudem approvando nisto a primeira origem da tyrania, e injustiça»¹⁷.

O funcionamento saudável do corpo, concebido como «organismo», era regulamentado sob o mesmo movimento de moderação que definia a educação moral: «O alimento que devem usar as crianças depois de desmamadas, seja ordinario, simples, e de facil digestaõ, fогindo de tudo o que for capaz de acender os espiritos, e alterar o temperamento do sangue»¹⁸, De igual modo, as regras sobre o vestuário sublinhavam o valor do desenvolvimento natural da criança: «Pelo que toca aos vestidos, deve-se evitar ainda mais o demasiado calor nos que se usaõ de Inverno, que a falta de abrigo nos de Veraõ»¹⁹, ou ainda, «não falta quem dê por causa da vida mais larga, e robusta dos antigos, a fôrma dos seus vestidos largos, e pouco unidos ao corpo»²⁰.

Ao eleger o corpo como instrumento preferencial na luta contra os excessos, o processo de disciplinarização submetia-o – na condição de objecto – a uma racionalização cada vez mais rígida, pela qual se procurava convertê-lo em «vigilante de si próprio». O corpo valorizava-se, então, na proporção directa da contenção e austeridade dos gestos, e também, no silêncio e medida das emoções. Compreendemos, assim, o alcance dos conselhos dados por Martinho de Mendonça sobre a necessidade dos banhos frios²¹, a frugalidade na alimentação²²,

¹⁷ Martinho de Mendonça, *op. cit.*, p. 230.

¹⁸ Martinho de Mendonça, *op. cit.*, p. 223.

¹⁹ *Ibidem*, p. 218.

²⁰ *Ibidem*, pp. 218-219.

²¹ Dos banhos frios na higiene: «a conselhe se deixem às vezes as crianças no Inverno quasi nuas, e descalças, e que se lavem com agua fria, (...)e he certo que quanto enfraquecem, e affeminaõ os banhos quentes, tanto fortificaõ, e endurecem os frios»; (*Ibidem*, p. 220) «depois que já andaõ desembaraçadamente costumallos a correr por algum espaço, naõ só pelo que fortifica o exercicio, mas pelo que serve para a vida militar», *Ibidem*, p. 222.

²² Da frugalidade na alimentação: «A quantidade do alimento deve ser moderada, fогindo sobriamente de todo o excesso, advertindo porém, que na primeira idade necessita a natureza de mais frequente repetiçaõ de alimento; e porque he difficultoso conhecer se as crianças pedem de

o sono regrado face ao perigo do ócio e da preguiça ou sobre qualquer outra vontade de domínio das emoções²³. Neste contexto, as questões relativas à higiene e saúde públicas, à importância dos valores morais e à moderação dos gestos e dos ornamentos, coordenam-se com regras de conduta que procuram traçar os «esquemas de visibilidade» relativos aos bons costumes traduzindo-os em comportamentos que eram, inequivocamente, exercícios de autocontrolo: «conheçaõ ao menos os pays, que devem ensinar os seus filhos a desprezar os pequenos males, para que não faltem ao que devem, por temor doutros mayores; e costumallos a huma vida sobrea, frugal, e laboriosa, para que as delicias não affinem o valor, nem o receyo de se privar dellas os affastem das occasioens de o mostrar, seguindo gloriosamente a vida militar»²⁴.

Analiticamente, a vigilância implica um duplo movimento que se inscreve sobre os corpos e as almas dos indivíduos: o movimento que ocorre entre «o espaço da falta e da punição» e «o espaço da recompensa». As «formas de vigilância panóptica» representam, assim, as manifestações operatórias de uma «teoria da disciplina». Neste contexto, a sanção afigura-se como a instituição do desejo de normalização, no fundo, como a presença de uma «vontade de poder» sobre um «saber» que decorre da «visibilidade» anterior, desenhada pelo processo de disciplinarização: «Se repararmos quanto satisfazem a huma criança os louvores, e o quanto sentem o desprezo, conheceremos quanto nos podem servir

comer, por necessidade, ou por golodisse, he conveniente, que entre as horas ordinarias de comer, se lhe não dê cousa , que lisongeano o gosto, as incite a comer sem necessidade, permitindolhe sómente uma fatia de paõ grosseiro e duro» (*Ibidem*, p. 224). Adverte-se ainda, «nem pareça estranho imaginar, que os meninos comem muitas vezes, não por necessidade de alimento, mas por appetite, se vemos, que na mais propecta idade, se excedem em algumas occasioens as regras da moderação pela affluencia de exquisitos manjares» (*Ibidem*, p. 225). Remete para o exemplo de abstinencia dos Anacoretas e do modo ordinário de viver dos antigos Egipcios, Persas, Gregos e Romanos os quais «tinhaõ mais robustas naturezas, porque viviaõ com excessiva frugalidade, e a ella estavaõ costumados (...) e ainda hoje os Turcos, e outros Póvos do Oriente, que passaõ com grande frugalidade, vivem largo tempo muito robustos e são» (*Ibidem*, p. 225).

²³ Do sono regrado perante o perigo do ócio e da preguiça: «He muito util costumar a dormir as crianças em cama dura, e pouco delicada, sendo muito melhor, que tenhaõ no leito hum enxergão de palha, que hum colchaõ de penna viva, não sómente para evitar o damno que faz à saude o calor demasiado (...) para descansar, e restaurar as forças, basta dormir, ainda que seja sobre a terra dura, e quem estiver costumado a hum leito brando, não poderá descansar, nem dormir sem essa commodidade» (*Ibidem*, p. 228). E, através da instigação das emoções, o corpo movia-se sem correcção: «a penas vestem hum vestido novo, quando todos o felicitaõ, como se adquirira huma nova virtude, fomentandolhe os principios da soberba, e luxo» (*Ibidem*, pp. 230-231).

²⁴ *Ibidem*, p. 264.

estes dous meyo para a boa educação dos meninos»²⁵. A observação da realidade permite, então, extrair conclusões gerais sobre a própria educação: no processo de construção de corpos são e de almas virtuosas, a «boa educação dos meninos» constitui-se pela implicação dos louvores que marcam o espaço da recompensa e pelo sentimento de desprezo que marca o espaço da punição.

Sob este cenário, a degeneração implode o seu significado por via de um caminho de regeneração, percorrido através de um processo de disciplinarização retilíneo, o qual, por sua vez, pressupondo intrinsecamente o contributo da razão, funda, nessa mesma razão, a justificação do «mundo da recompensa» e do «mundo da falta», enquanto domínios convergentes de representação do real – do mundo, dos corpos, das almas – numa espécie de modo estético de criação do humano. O espaço da recompensa torna-se o não-lugar da falta, onde, tal como sublinha Bouillé, «l’essentiel, c’est cet immense chemin continu, chemin de travail, de la discipline, de l’ordre; de l’art spirituel, de l’art pédagogique, de l’“art” manufacturier. Chemin où l’on ne gagne pas tant sa vie – qui se consume – que son salut.(...) Comme la punition, la récompense ne peut se passer d’un art de la représentation, d’une création de formes - qu’il s’agisse de matière, d’iconologie, d’espace ou de signes»²⁶. Numa palavra, a razão cria, pela «arte» pedagógica, a figura do homem. E o espaço de uma sabedoria infinita pressente-se, aqui, no lugar das «figuras da virtude», para além do louvor ou da punição: «O louvor, a distinção, e a honra, supposto, que se distingão da virtude, que só consiste em conformar-se a verdade racional com os preceitos da sabedoria infinita»²⁷.

Compreendemos então a razão pela qual Martinho de Mendonça defende «que se lhes devem applicar os premios, e castigos, (quero dizer) as cousas, que os afligem, ou lhe dão gosto, não como recompensas, nem como em si boas, ou más; mas como consequencias, que produz a sua obediencia, e que se originaõ de seguir os dictames da razão (...) o erro está em escolher o mal, e o bem sensível para o castigo, e premio»²⁸. Assim, «não sómente reprovamos o castigo servil, mas tambem as recompensas, ou premios, que alguns usão»²⁹. Todavia, caso a gravidade da acção da criança exija esse acto extremo de rectificação moral das

²⁵ *Ibidem*, p. 279.

²⁶ M. BOUILLÉ, *op. cit.*, p. 178.

²⁷ Martinho de Mendonça, *op. cit.*, p. 281.

²⁸ *Ibidem*, p. 276.

²⁹ *Ibidem*, p. 277.

atitudes, Martinho de Mendonça entende ser necessário discorrer sobre o tempo e os instrumentos do castigo: «Somos de parecer, que não seja tão tarde, que já lhe possa esquecer o motivo porque são castigados; nem tão imediatamente à falta, ou crime, que se castiga, que não haja tempo de relectir que fizerao mal, e que merecerao o castigo, ou que quem lho applica tenha tão viva a paixao, que esta mais do que a razao mova as mãos para executarem os golpes»³⁰. Vinca-se, deste modo, uma vontade de esquadrinhamento das condutas que regulam a acção das crianças e dos mestres, que nos liga intimamente à concepção de sociedade disciplinária que Michel Foucault analisa em *Vigiar e Punir*. O pensamento impuro e o acto culpado prendem, assim, o seu sentido ao tempo mínimo em que a vigilância se esquece de si mesma, ao espaço em branco entre os olhares laterais e os olhares hierárquicos, aos comportamentos e atitudes que se subtraem ao processo integral de disciplinarização.

Entre a racionalização e a ritualização

As recomendações consignadas na literatura pedagógica e higiênica visavam então, em simultâneo, a «racionalização das condutas» e a «ritualização da vida quotidiana», enquanto estas se afiguram como manifestações de um mesmo desejo de disciplinarização, logo, de visibilidade radical de todos os segmentos da vida humana. Se a «racionalização das condutas» radicava na apologia do valor da «decência», na confirmação essencial da moral como operador da efectiva mudança da sociedade sob a figura da «regeneração», a «ritualização da vida quotidiana», radicando-se na defesa do valor da «utilidade» para que se tornasse possível a inversão da degeneração vivida, procurava, por seu lado, combater a ociosidade e desenvolver a saúde através de exercícios de disciplina do imaginário e das emoções procurando alargar e aprofundar o domínio que cada indivíduo exercia sobre si mesmo. Assim, ao explicitarmos a configuração assumida pelo «processo de disciplinarização» delineado pelo pensamento pedagógico e higiênico, demarcamos, analiticamente, uma dupla manifestação – moral e utilitária; no entanto, essa delimitação analítica não significa que a dimensão moral e a dimensão utilitária constituam vértices incommunicantes, pelo contrário, a utilidade e a moral reenviam-se mutuamente: se a «moral» pressupõe uma interpretação utilitária dos corpos, dos gestos, dos comportamentos, do

³⁰ *Ibidem*, p. 306.

esforço e da vida, a «utilidade», por sua vez, pressupõe uma configuração moral do corpo, dos comportamentos, dos gestos, do esforço e da vida.

Na esteira da herança de Locke, a «utilidade» e a «decência» congregam, complementarmente, as novas orientações da pedagogia: «Locke aconselha, que por diminuir o medo à dor, se dê occasião às crianças de apadecer moderada: o exemplo dos golpes, e pancadas, que os meninos, quando brincam, sofrem sem queixa huns dos outros, mostra, que podem alegremente sofrer a dor³¹». Martinho de Mendonça recorda, então, que era com princípios semelhantes que se educavam, num tempo antigo, os Espartanos e, num tempo presente, os Amoucos no Oriente: «Com razão parecerá isto duro; mas conheçam ao menos os pays, que devem ensinar os seus filhos a desprezar os pequenos males, para que não falem ao que devem, por temor deboutros mayores; e costumallos a huma vida sobrea, frugal, e laboriosa, para que as delicias não affinem o valor, nem o receyo de se privar dellas os affastem das occasioens de o mostrar, seguindo gloriosamente a vida militar³²».

Neste contexto, a reforma dos costumes – a reconceptualização da normatividade moral – funda-se na regeneração de hábitos higiénicos, ou seja, na reconversão de atitudes especificamente físicas, tais como a regulação dos momentos de descanso e de trabalho; funda-se, em síntese, numa sequenciação de momentos que «organizam a vida» a partir dos ditames da natureza e segundo uma concepção do organismo como máquina: «O tempo que a natureza nos determina para o repouso he evidentemente a noite. O socego que então se observa, a escuridade da noite, o fresco da atmosfera, tudo, em huma palavra, nos convida ao descanso, ficando o dia reservado para o trabalho. Segundo esta sucessiva cadêa he necessario que logo de manhã deixemos o estado do repouso, e passemos ao da vigilia, e da lida. Ha em tudo o que não depende só de nós tal ordem, e harmonia, que sem seguiremos os dictames da natureza não podemos ser felices³³». Sob esta nova figura de homem, a dignidade humana implicava a eficácia utilitária dos gestos e das razões, num quotidiano de esforço e de trabalho. Essa complementaridade funda-se na articulação íntima que existe entre o processo de racionalização dos costumes e a ritualização do quotidiano, uma vez que a ritualização é uma estratégia exemplar para alargar a racionalização a todos os domínios do quotidiano.

³¹ Martinho de Mendonça, *idem*, p. 263.

³² *Op. cit.*, p. 264.

³³ Mello Franco, p. 79.

Assim, através desse processo de «ritualização da vida quotidiana», procurava-se instituir formas cada vez mais eficazes de controlo, desde o interior das quais todos os movimentos humanos eram submetidos ao rigor de regras que assumiam a forma de prescrições morais. Essas regras, por sua vez, inscreviam-se no contexto de uma política económica que procurava subtrair quaisquer formas de desperdício de energia - tais como a ociosidade ou a preguiça - pois, inutilizando o valor do «tempo», elas inutilizavam o valor moral do comportamento humano, tornando-se, em si mesmas, raiz do vício, isto é, expressão de «degeneração».

Fecho

O processo de disciplinarização concebido pela literatura pedagógica e higiénica portuguesa do século XVIII, representa, apenas, uma das expressões de um projecto global de disciplinarização desejado pelo «poder político e jurídico», que incluía, por um lado, uma dimensão formativa/educativa pela qual se procurava realizar uma transformação profunda das mentalidades, passível de concretização apenas a longo prazo, após um investimento no momento presente por via da educação e, por outro lado, uma dimensão repressiva/policial pela qual se procurava exercer uma acção imediata no presente, mas sem a profundidade e continuidade pretendida num projecto de desenraizamento de vícios endémicos. Trata-se, no fundo, de um complexo projecto que procura traçar a «arquitectura da disciplina».

Na «literatura pedagógica e higiénica» o corpo é apenas «pretexto», define-se como instrumento fundamental da ortopedização dos comportamentos, das atitudes, dos desejos e dos gestos. Neste novo lugar de reflexão, onde o «humano» se torna objecto de uma «arte» enraizada até aos meados do século nos códigos de civilidade e numa ciência em emergência (a medicina), marca-se uma profunda proximidade entre a Pedagogia e a Ortopedia. Torna-se, então, evidente a importância concedida a uma «educação do corpo». No entanto, em si mesma, a «educação física» não possui um valor imprescindível; o alcance do seu significado singular só pode ser compreendido quando ela se conjuga com o valor por excelência da dimensão moral: por si próprio o «corpo» não é mais do que matéria, desse modo, a concreta satisfação dos seus desejos e os excessos face à norma moral devem ser erradicados da cena quotidiana do humano. Neste contexto, o corpo surge como o lugar essencial desde onde o poder político e jurídico funda uma «ordem do olhar»; individual (o autocontrolo) e colectivo (o exemplo e a imitação).

Assim, sob um «processo de visibilidade radical», o «olhar dos outros» transforma cada homem em «objecto-de-olhares» que rasgam todos os indícios

de opacidade. Cada homem é, por via da transparência que o seu corpo encerra ao definir-se enquanto «objecto panóptico», um espaço raso de domínio. A esfera egológica transmuta-se, então, no «terceiro elemento» — o «ele» — o «olhado». A «terceira pessoa» é o regenerado, o indivíduo urbanizado, o homem civilizado, um pronome quase-indefinido. Sem dúvida o «disciplinado».